EDITORIAL

Arte e Poder*

JORGE VAZ DE CARVALHO **

Práticas estéticas do pensamento humano, as artes interagem, inevitavelmente, mesmo quando os criadores se pretendem neutros, com o dinamismo dos poderes individuais e institucionais. Sabemos bem como estes usaram as diversas expressões artísticas, ao longo da História, como substância fundamental da sua afirmação – o que não deixa de revelar o apreço com que os poderes económico, político e religioso reconheceram à arte, além de utilidade, um certo *poder*.

Os criadores demoraram séculos a conquistar a sua autonomia (quanto lutou o génio de Mozart por conquistar a liberdade que Beethoven mais tarde pôde alcançar), e não deixam de trabalhar amiúde para esses poderes sem que, nos casos maiores, tal signifique um prejuízo da qualidade intrínseca da sua obra. Quantas vezes o artista, por convicção ou sobrevivência, se empregou ao serviço de um programa religioso (os planeadores e ornamentadores de edifícios sacros, compositores como Palestrina), político (o *Moisés* de Michelangelo, ou *Triunfo da Vontade*, de Leni Riefenstahl), económico (a rica vaidade pessoal dos encomendadores de retratos e paisagens) ou ideológico (*A Flauta Mágica*,

* O autor escreve de acordo com a ortografia anterior ao Acordo Ortográfico de 1990.

** Professor auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa; investigador do CECC – Centro de Estudos de Comunicação e Cultura.

de Mozart). Quantas vezes até obras a que atribuímos um valor estético supremo foram pagas para seduzir e orientar consciências, por uma função de propaganda de certa ideia ou ideologia, como produto exibicionista de prestígio político-social e mediático por parte de um abastado mecenas para distinção e exaltação próprias, ou tiveram função de entretenimento, em momentos festivos das classes altas (as óperas de Lully na corte de Luís XIV, *Music for the Royal Fireworks*, de Handel, contratada por Jorge II), ou para divertir e contentar as massas, distraíndo as suas pulsões contestatárias.

Por outro lado, várias obras insubmissas, insurgentes, denunciam visivelmente os poderes instituídos e afrontam os discursos dominantes (a começar pelo próprio discurso estético), decididas a afirmar um contrapoder face ao que consideram aviltar a condição humana: totalitarismos, guerras, terror, desastres ecológicos, corrupções, materialização calculista e canibal da existência, dominação de poderes que aproveitam fragilidades da democracia para violentarem os cidadãos de formas refinadamente sub-reptícias, invisíveis.

O carácter polissémico e simbólico da criação artística, a sua capacidade de representar o real transcendendo-o e de representar aqueles aspectos da vida humana que não só escapam à nossa vontade e compreensão, mas que não são plenamente domináveis pelos poderes instituídos (o amor, a morte, o sentido da identidade ou da liberdade, por exemplo), sempre superou a sua qualidade de serviço prestado, quando foi o caso, libertando a obra para significados tão mais universais, na reflexão sobre os grandes temas do sentido essencial da vida e da própria criatividade humana. Se a arte tem, no imediato e num sentido amplo, uma escassa capacidade de confrontar os grandes poderes (por mais contestatária ou iconoclasta), o poder intelectual e emocional dos seus temas e discursos não deixa, pelo menos, de influenciar as sensibilidades e imaginações, e de ser capaz de transformar as consciências (se não se reconhecesse perigoso esse poder, como se entenderia o afã dos índices de livros proibidos, das obras queimadas e sonegadas, ou, por exemplo, num outro sentido, a atribuição das culpas do declínio social pelos positivistas-realistas à perniciosa influência das leituras românticas?). O poder da arte na criação, produção, comunicação e circulação de imagens sempre renovadas e inovadoras não deixa de influenciar o modo como percebemos e sentimos o mundo em que vivemos e de nos provocar o desejo de que ele seja mais humanamente outro.

Não menos importantes são os poderes que o artista enfrenta no interior dos próprios sistemas da arte (os sistemas estéticos são também sistemas de poder), no seio dos processos complexos de produção, exibição e circulação, que incluem galeristas, curadores, comissários, programadores, responsáveis de museus e